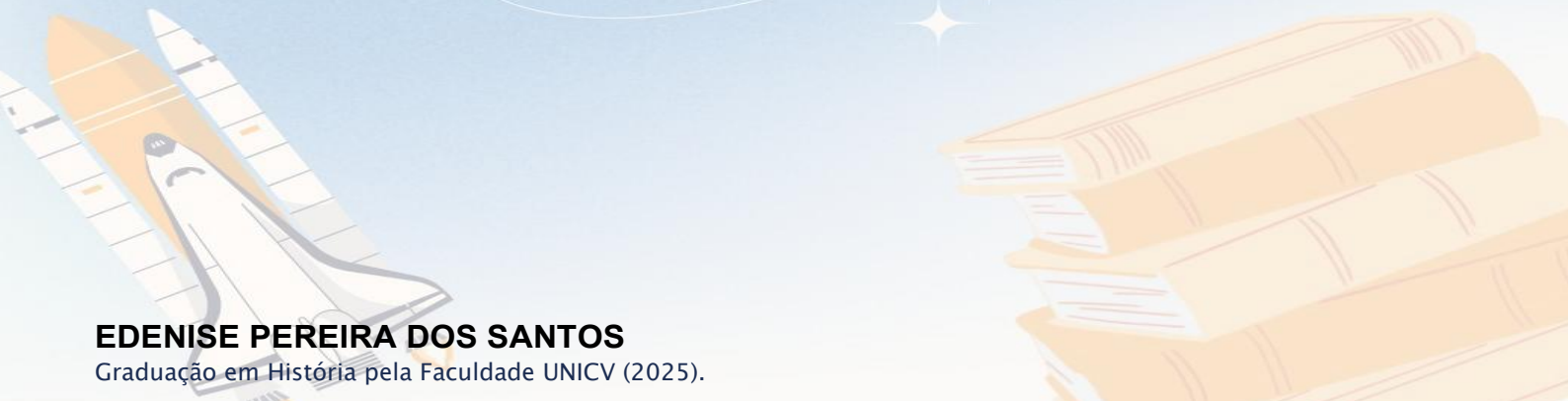


PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL



INCLUSIVE PEDAGOGICAL PRACTICES IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION



EDENISE PEREIRA DOS SANTOS

Graduação em História pela Faculdade UNICV (2025).

RESUMO

O presente trabalho explora a inclusão de crianças atípicas na educação infantil, com o objetivo de compreender como práticas pedagógicas podem ser adaptadas para atender a essa diversidade garantindo uma experiência educacional equitativa e enriquecedora para todos os discentes. A inclusão de crianças com necessidades especiais é um aspecto crucial da educação contemporânea, demandando um olhar atento sobre as estratégias e práticas que promovem um ambiente escolar acessível e eficaz. A pesquisa também destaca a necessidade de adaptar os currículos e práticas pedagógicas. O currículo inclusivo das instituições deve ser flexível, com recursos didáticos e metodológicos que eliminem barreiras ao aprendizado. Isso inclui a criação de materiais e estratégias de ensino que se ajustem às diversas formas de aprendizagem e a construção de um ambiente escolar que celebre as diferenças, promovendo a participação de todos os educandos. Para que a inclusão dessas crianças seja bem-sucedida, é necessário que a instituição adote uma abordagem dinâmica e adaptativa. A melhoria da qualidade da educação está fortemente ligada à capacidade da instituição de reconhecer e atender às necessidades individuais de cada um. Isso exige não apenas a formação contínua dos educadores e a adaptação das práticas pedagógicas, mas também a criação de um ambiente que favoreça a interação social e o desenvolvimento cognitivo de todos os discentes. A adoção de práticas inclusivas deve ser vista não apenas como uma exigência legal, mas como uma

oportunidade para enriquecer o processo educacional e promover uma sociedade mais justa e inclusiva

Palavras-chave: Inclusão; Educação; Aprendizagem; Práticas; Inclusiva.

ABSTRACT

This paper explores the inclusion of atypical children in early childhood education, aiming to understand how pedagogical practices can be adapted to address this diversity, ensuring an equitable and enriching educational experience for all students. The inclusion of children with special needs is a crucial aspect of contemporary education, requiring careful consideration of strategies and practices that promote an accessible and effective school environment. The research also highlights the need to adapt curricula and pedagogical practices. Institutions' inclusive curricula must be flexible, with didactic and methodological resources that eliminate barriers to learning. This includes creating teaching materials and strategies that adapt to diverse learning styles and building a school environment that celebrates differences, promoting the participation of all students. Successful inclusion of these children requires a dynamic and adaptive approach. Improving the quality of education is closely linked to an institution's ability to recognize and meet the individual needs of each student. This requires not only ongoing training for educators and adaptation of pedagogical practices, but also the creation of an environment that fosters social interaction and cognitive development for all students. The adoption of inclusive practices should be seen not only as a legal requirement, but as an opportunity to enrich the educational process and promote a more just and inclusive society.

Keywords: Inclusion; Education; Learning; Practices; Inclusive.

INTRODUÇÃO

A inclusão de crianças atípicas na educação infantil é uma questão de grande relevância e urgência no campo educacional. A escolha deste tema está diretamente relacionada ao compromisso de compreender e discutir como o sistema educacional pode ser mais adaptado para receber, apoiar e desenvolver as potencialidades de crianças com características neurodiversas, como aquelas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), e outras condições atípicas. Ao abordar essa questão, o objetivo é contribuir para uma reflexão mais aprofundada sobre a inclusão efetiva dessas crianças, garantindo que a escola seja um espaço de respeito à diversidade desde os primeiros anos da vida escolar.

A importância deste estudo está na necessidade de repensar e aprimorar as práticas pedagógicas que, muitas vezes, ainda não são suficientemente inclusivas. A educação infantil é uma etapa crucial para o desenvolvimento integral dos discentes, e promover a inclusão de crianças atípicas neste ambiente não só favorece o crescimento individual, mas também enriquece a dinâmica social do grupo. O tema é relevante para o campo educacional por contribuir com novas perspectivas

sobre as transformações necessárias na educação para que ela seja, de fato, inclusiva e acessível para todos, proporcionando oportunidades equitativas de aprendizado e convivência.

O problema que norteia esta pesquisa é: de que forma a inclusão de crianças atípicas pode ser promovida de maneira eficiente nas instituições de educação infantil? Essa questão direciona a investigação para a análise dos desafios enfrentados pelos educadores e pelas escolas na implementação de práticas inclusivas, além de buscar estratégias que promovam um ambiente mais acessível e acolhedor para essas crianças. A pesquisa visa compreender como o processo de inclusão pode ser melhorado, não apenas do ponto de vista pedagógico, mas também nas políticas e práticas escolares.

Os objetivos deste estudo incluem, de forma geral, analisar as práticas de inclusão de crianças atípicas na educação infantil e avaliar sua efetividade para o desenvolvimento dos discentes. Os objetivos específicos são: a) Identificar as principais barreiras enfrentadas pelas escolas no processo de inclusão; b) Analisar a visão dos educadores sobre a aplicação de práticas inclusivas no cotidiano escolar; c) Examinar a atuação das políticas públicas voltadas para a inclusão na educação infantil; d) Propor alternativas pedagógicas que possam melhorar as práticas de inclusão. A pesquisa será desenvolvida por meio de uma análise de textos acadêmicos, artigos científicos e documentos institucionais oferecendo uma base teórica sólida para discutir e propor melhorias nas práticas de inclusão.

A INCLUSÃO DE CRIANÇAS ATÍPICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A inclusão de crianças atípicas na educação infantil é um tema amplamente explorado na literatura atual, refletindo a crescente preocupação com práticas educacionais que atendam à diversidade das necessidades dos alunos. Estudos recentes de Silva (2022), Colombo (2023), Viana (2020), Araújo, Santos e Borges (2021), Almeida (2023) e Borges (2023) oferecem valiosas pesquisas sobre como promover a inclusão efetiva dessas crianças, destacando as práticas, desafios e estratégias envolvidas.

Conforme discutido por Silva (2022), a necessidade de adaptações contínuas nas práticas pedagógicas é crucial para atender às demandas das crianças atípicas. A abordagem deve ser personalizada, levando em consideração as especificidades individuais de cada aluno. A pesquisa de Silva revela que a flexibilidade curricular e a implementação de adaptações são essenciais para garantir a participação ativa das crianças nas atividades escolares. As adaptações curriculares não apenas facilitam a inclusão, mas também asseguram que os alunos possam se envolver de maneira significativa no ambiente escolar.

Silva (2022) também destaca o uso de recursos visuais e atividades sensoriais como ferramentas eficazes para melhorar a compreensão e a participação dos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Estes métodos, amplamente adotados por educadores, demonstram como a

personalização das atividades pode promover a inclusão e facilitar a interação dos alunos com o conteúdo educacional.

No âmbito das tecnologias assistivas, Almeida (2023) explora como ferramentas tecnológicas, como aplicativos de comunicação e dispositivos de apoio à aprendizagem, têm sido utilizadas para melhorar a interação e o desempenho acadêmico dos alunos atípicos. As tecnologias assistivas oferecem suporte na superação de barreiras comunicacionais e na personalização do ensino, uma vez que muitas crianças com TEA respondem positivamente a estímulos visuais. De acordo com Mendes (2024), essas ferramentas têm se mostrado eficazes na inclusão escolar, potencializando a comunicação e a aprendizagem dos alunos.

O papel fundamental da formação contínua dos docentes é enfatizado por Colombo (2023), que ressalta a importância de programas de formação que abordem estratégias inclusivas específicas para o autismo. A maioria dos educadores ainda se sente despreparada para lidar com situações de inclusão, indicando uma necessidade urgente de formação contínua que prepare os professores para enfrentar os desafios da inclusão. Cursos de especialização e formação prática têm demonstrado eficácia na preparação dos profissionais para lidar com as necessidades específicas das crianças com TEA, conforme observado em instituições que oferecem essas formações. As escolas devem direcionar seus profissionais para aperfeiçoar suas práticas para que tanto a instituição quanto os profissionais estejam preparados e qualificados para práticas apropriadas:

As escolas com propostas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas dificuldades de seus alunos, acomodando os diferentes estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade para todos mediante currículos apropriados, modificações organizações, estratégias de ensino, recursos e parcerias com as comunidades. A inclusão exige da escola novos posicionamentos que implicam num esforço de atualização e reestruturação das condições atuais, para que o ensino se modernize e para que os professores se aperfeiçoem, adequando as ações pedagógicas à diversidade dos aprendizes (VELTRONE; MENDES, 2007, p. 2).

O levantamento acima aborda a necessidade das instituições na criação de propostas inclusivas de se adaptarem às diversas dificuldades apresentadas pelos alunos, ajustando suas práticas pedagógicas e currículos para promover uma educação de qualidade para todos. Onde revela a importância de uma abordagem flexível, em que as instituições reconheçam e respondam aos diferentes estilos e ritmos de aprendizagem.

Os autores também destacam que a inclusão não se limita à inserção física do aluno, mas exige um esforço contínuo de modernização do ensino e aperfeiçoamento dos educadores. Reforçando que a inclusão requer novas posturas institucionais, envolvendo a reestruturação das condições educacionais, o uso de recursos adequados e a construção de parcerias com as comunidades para que a diversidade seja respeitada e atendida de maneira efetiva.

Oliveira (2021) complementa que a formação contínua é essencial para garantir que os professores estejam preparados para aplicar metodologias inclusivas e promover a integração dos alunos. Costa (2022) reforça a importância das adaptações curriculares, afirmando que estas são fundamentais para atender às necessidades individuais dos alunos com autismo, permitindo acesso equitativo ao conhecimento.

Arantes (2019) destaca a necessidade de reformulação das práticas pedagógicas para promover a inclusão, sublinhando que o papel do educador deve ser central na criação de um ambiente de aprendizagem adaptado e acolhedor. A inclusão de crianças com necessidades especiais exige uma abordagem que considere as especificidades de cada aluno, utilizando recursos visuais, tecnologias assistivas e atividades sensoriais. Para completar esse apontamento do pesquisador, é possível notar que diversos autores falam de formação especializadas e da importância dela, principalmente quando se trata de educação e inclusão:

Para que a escola possa promover a inclusão do autista é necessário que os profissionais que nela atuam tenham uma formação especializada, que lhes permita conhecer as características e as possibilidades de atuação destas crianças. Tal conhecimento deveria ser efetivado no processo de formação desses profissionais, sobretudo dos professores que atuam no ensino fundamental (SILVA; BROTHERHOOD, 2009, p. 3).

Os autores chamam atenção para a necessidade de os profissionais da educação possuírem uma formação especializada quando se trata da inclusão de crianças com autismo. Esse preparo permite que os educadores compreendam as características e necessidades específicas desses educandos, facilitando sua integração no ambiente escolar.

Eles ressaltam que essa capacitação deveria ocorrer ainda durante a formação inicial dos docentes, principalmente para aqueles que atuam no ensino fundamental. Enfatizando que a inclusão efetiva exige mais do que boa vontade, sendo necessário um conhecimento técnico que oriente práticas pedagógicas adequadas ao desenvolvimento e ao aprendizado das crianças que se encontram dentro do espectro.

As práticas e formações são importantes principalmente no envolvimento de abordagem individuais e no entendimento das particularidades e individualidade de cada criança, segundo Viana (2020) é possível observar que, devido à diversidade nas manifestações do autismo, é crucial adotar uma abordagem individualizada. A personalização das estratégias educacionais e o uso de Planos de Ensino Individualizados (PEI) têm mostrado ser ferramentas valiosas para atender às necessidades específicas dos alunos.

A colaboração entre escola e família é destacada por Araújo, Santos e Borges (2021), que apontam que a comunicação eficaz entre educadores e responsáveis contribui significativamente para o desenvolvimento das crianças. Reuniões regulares e o uso de agendas de comunicação diária promovem uma maior consistência entre o ambiente escolar e doméstico, facilitando o progresso das

crianças com TEA. Almeida (2023) também afirma que a parceria entre escola e família é essencial para o sucesso da inclusão, facilitando a troca de informações e o alinhamento das estratégias educativas.

Borges (2023) argumenta que a inclusão requer uma abordagem multidisciplinar, com a colaboração entre psicólogos, terapeutas ocupacionais e fonoaudiólogos. A presença de equipes multidisciplinares nas escolas, ou o envolvimento de profissionais externos, promove uma abordagem integrada e eficaz para atender às necessidades complexas das crianças.

O filósofo Carlos Henrique da Silva (2020) destaca que a presença de equipes multidisciplinares é fundamental para o sucesso da inclusão escolar de crianças com TEA, permitindo uma abordagem personalizada e integrada das necessidades educacionais especiais.

A legislação brasileira, incluindo a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, estabelece diretrizes para a inclusão de alunos com deficiência, incluindo o autismo, nas escolas regulares. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) de 1996 (Lei nº 9.394/96) reforça a necessidade de adaptações curriculares e metodológicas para atender às necessidades dos alunos.

A LDBN defende a inclusão na educação infantil, é possível observar no Artigo 4º. Onde estabelece que o dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, de acordo com cada etapa do desenvolvimento da pessoa e suas necessidades educacionais especiais, ofertando, inclusive, educação especial para aqueles que apresentarem deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Abaixo será apontado algumas dessas leis:

- I – Prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes;
- II – Garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;
- III – fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e
- IV – Assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino (BRASIL, 2007).

Os levantamentos acima apresentam princípios fundamentais para a efetivação de uma educação inclusiva. O primeiro ponto trata da necessidade de garantir que todos os discentes tenham acesso ao ensino regular, participem ativamente e recebam suporte individualizado conforme suas necessidades. O segundo princípio destacado é a importância da educação especial como uma ação transversal no ensino regular, ou seja, que permeie todas as etapas da educação.

Sendo dessa forma essencial desenvolver recursos pedagógicos que eliminem as barreiras que dificultam o aprendizado, conforme o terceiro ponto. O último princípio assegura a continuidade dos estudos em outros níveis e modalidades, reforçando o compromisso de que a inclusão se

mantenha ao longo de toda a jornada educacional. Essas diretrizes apontam para um sistema educacional mais equitativo, no qual todas as crianças possam se desenvolver plenamente.

Um ambiente escolar inclusivo deve ser acolhedor e acessível, promovendo a interação social e o desenvolvimento das habilidades dos alunos. A infraestrutura física deve garantir segurança e os materiais didáticos devem ser diversificados, conforme necessário. A inclusão educacional deve garantir que todas as crianças tenham acesso a um ambiente educativo enriquecedor, respeitando suas diferenças e promovendo uma aprendizagem significativa, pensando em um todo, pensando nas necessidades de cada discente.

Pensar numa proposta curricular vai além dos conteúdos. Ou são os conteúdos mais importantes que o processo educativo? Ao educador faz-se necessário observar a real necessidade do aprendente autista e como esse currículo vai ajudá-lo no seu desenvolvimento cognitivo (CHAVES; ABREU, 2014, p. 6).

Os autores questionam a centralidade dos conteúdos no currículo, sugerindo que os processos educativos devem ir além da simples transmissão de informações, especialmente no caso dos discentes atípicos. Eles destacam a importância de o educador observar as necessidades específicas desses estudantes e refletir sobre como o currículo pode ser ajustado para contribuir com o desenvolvimento cognitivo deles. Essa abordagem sugere que, mais do que focar apenas nos conteúdos, os professores devem adaptar as suas práticas pedagógicas para que o aprendizado se alinhe às capacidades e potencialidades de cada aluno, promovendo uma educação verdadeiramente inclusiva.

Ensinar é criar condições para que todos os alunos possam explorar e desenvolver suas capacidades, independentemente de suas diferenças. A educação deve ser um meio para conscientizar e empoderar os alunos, garantindo que a prática pedagógica seja adaptada às necessidades de cada um. Em um contexto inclusivo, é crucial que os educadores reconheçam e atendam às particularidades dos alunos, oferecendo apoio e recursos que permitam a todos participar do processo educativo de maneira equitativa (FREIRE, 1970, p. 102).

Ferreira (2011) afirma que a Educação Especial está garantida nas leis educacionais brasileiras, fundamentando-se nos princípios da integração, normalização, simplificação, interiorização e participação. Uma instituição de qualidade deve oferecer espaços de aprendizagem que contemplem recursos metodológicos variados, incluindo atividades lúdicas, que têm mostrado eficácia no desenvolvimento de alunos com deficiência intelectual.

Autores como Montessori (1965), Rosamilha (1979), Cunha (1998), Maluf (2003), Dalabona e Mendes (2004), Kishimoto (2004) e Antunes (2005; 2006) têm demonstrado a eficácia do lúdico na aprendizagem. As práticas lúdicas oferecem oportunidades para o desenvolvimento motor, cognitivo, afetivo e social, promovendo a inclusão e a aceitação entre os alunos.

A inclusão na Educação Infantil é um desafio complexo, especialmente quando muitas crianças não possuem diagnóstico na chegada à escola. No entanto, a escola deve promover a inclusão,

criando estratégias que facilitem o processo de aprendizagem. Como Montoan (2007) ressalta, a inclusão é um desafio que melhora a qualidade da educação, exigindo que a escola aprimore suas práticas para atender às diferenças:

A inclusão é um desafio, que ao ser devidamente enfrentado pela escola comum, provoca a melhoria na qualidade da educação básica e superior, pois para que os alunos com e em deficiência possam exercer o direito à educação em sua plenitude, é indispensável que essa escola aprimore suas práticas, a fim de atender as diferenças. (MONTTOAN, 2007, p. 45).

Nesse caso a autora aponta que a inclusão representa um desafio significativo para as escolas regulares, mas que, quando adequadamente abordado, pode levar a melhorias substanciais na qualidade da educação oferecida. A citação sugere que, para que os alunos com deficiência tenham pleno acesso à educação, é crucial que as instituições se ajustem e aperfeiçoem suas práticas pedagógicas para atender às diversas necessidades dos discentes.

Assim, ao enfrentar esses desafios, as instituições não só promovem a inclusão, mas também elevam o padrão educacional geral, beneficiando todos os estudantes e contribuindo para uma educação mais inclusiva e de melhor qualidade.

A formação contínua dos educadores deve ser vista como um processo de reflexividade crítica e construção permanente da identidade profissional. É fundamental investir na formação dos professores, garantindo que eles possam adaptar suas práticas pedagógicas para atender às necessidades específicas dos alunos. Viana (2002) observa que a criança deve ser vista como um ser ativo no processo de aprendizagem, e Freire (1997) enfatiza a importância da interação e troca na educação.

Aprendemos a pensar com o outro... Aprendemos a ler construindo hipóteses na interação com o outro. Aprendemos a escrever organizando nossas hipóteses no confronto com as hipóteses do outro... A ação, interação e troca, movem o processo de aprendizagem. (FREIRE, 1997, p. 7).

O pesquisador aponta que o aprendizado é um processo profundamente social, onde a interação com outros desempenha um papel crucial. Ele argumenta que a construção do conhecimento acontece através da colaboração, onde indivíduos desenvolvem as suas habilidades de leitura e escrita ao trocar ideias e construir hipóteses em conjunto. Sugerindo que o verdadeiro avanço no aprendizado ocorre quando há uma dinâmica de ação e troca de perspectivas, reforçando a ideia de que a aprendizagem é movida pela interação e pelo confronto respeitoso de ideias, promovendo uma compreensão mais rica e complexa dos conteúdos, ou seja, a socialização no meio educacional.

O autor ainda aponta que:

A educação é um ato de criação e transformação, que deve ser orientado para a inclusão de todos os alunos, respeitando suas particularidades e promovendo um ambiente de aprendizado

onde cada um possa desenvolver seu potencial. A prática educativa deve ser baseada no diálogo constante e na interação, de modo que todas as crianças, incluindo aquelas com deficiências, possam participar ativamente do processo de aprendizagem e construir conhecimento de forma colaborativa (FREIRE, 1970, p. 89).

Esse apontamento leva a análise do filósofo (Vygotsky 1978) que enfatiza a importância das interações sociais no desenvolvimento cognitivo e como um ambiente inclusivo pode ajudar a transformar a aprendizagem em um processo mais eficaz para crianças atípicas.

O processo de internalização é uma transformação das ações externas em processos internos, e é essencial para o desenvolvimento cognitivo. A aprendizagem não ocorre isoladamente; ela é um processo mediado socialmente. As interações sociais desempenham um papel crucial na formação dos processos mentais internos, e, portanto, um ambiente educacional que promove a interação social é vital para o desenvolvimento das crianças, especialmente aquelas com necessidades especiais (VYGOTSKY, 1978, p. 57).

Trazendo outro levantamento do autor (FREIRE, 1970) onde ele enfatiza a necessidade de práticas pedagógicas adaptativas para garantir que todos os alunos, incluindo aqueles com necessidades especiais, tenham a oportunidade de participar e se desenvolver plenamente no ambiente escolar:

Ensinar é criar condições para que todos os alunos possam explorar e desenvolver suas capacidades, independentemente de suas diferenças. A educação deve ser um meio para conscientizar e empoderar os alunos, garantindo que a prática pedagógica seja adaptada às necessidades de cada um. Em um contexto inclusivo, é crucial que os educadores reconheçam e atendam às particularidades dos alunos, oferecendo apoio e recursos que permitam a todos participar do processo educativo de maneira equitativa. (FREIRE, 1970, p. 102).

Em suma, a inclusão de crianças atípicas na educação infantil representa um desafio significativo e uma oportunidade valiosa para o sistema educacional. A efetiva inclusão vai além do simples acesso físico à escola; trata-se de criar um ambiente onde todas as crianças possam aprender, crescer e prosperar. A implementação de práticas inclusivas eficazes, a formação contínua dos professores, o uso de tecnologias assistivas e a colaboração entre escola e família são essenciais para promover uma educação inclusiva e equitativa.

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS E O PAPEL DO EDUCADOR NA CONSTRUÇÃO DE UM AMBIENTE ACOLHEDOR

A inclusão escolar, especialmente na educação infantil, representa um dos maiores desafios e conquistas do sistema educacional contemporâneo. Nesse contexto, as práticas pedagógicas

inclusivas tornam-se o alicerce da transformação social, pois elas reconhecem e respeitam a singularidade de cada criança, permitindo que todas tenham acesso à aprendizagem e ao convívio social em igualdade de condições. O papel do educador é essencial nesse processo, já que ele atua como mediador do conhecimento e agente de humanização, criando um espaço onde o aprender e o conviver acontecem de forma integrada e afetiva.

A escola, como primeira instituição social que a criança frequenta, deve oferecer um ambiente acolhedor, sensível e comprometido com a diversidade. Para que isso ocorra, é necessário que os educadores adotem uma postura ética e reflexiva diante das diferenças. Segundo Paixão de Jesus, da Silva e Böck (2025, p. 83):

A ética do cuidado assume papel central na construção de ambientes escolares inclusivos para crianças autistas na educação infantil. Esse princípio não se restringe apenas à afetividade, mas se estende ao compromisso do educador com a escuta, a observação e a adaptação de suas práticas, reconhecendo as especificidades de cada aluno.

Essa visão evidencia que a inclusão não se resume à inserção física da criança com deficiência no espaço escolar, mas exige uma mudança de paradigma no modo como o ensino é planejado e executado. O professor precisa compreender que cada criança aprende de maneira única, e por isso deve diversificar suas estratégias, adaptando metodologias, recursos e linguagens para garantir a participação efetiva de todos.

De acordo com Reis, Duarte e Martins (2023, p. 261),

A educação inclusiva na educação infantil e a gestão escolar ainda enfrentam desafios estruturais que demandam articulação entre recursos, formação docente e práticas pedagógicas. É preciso compreender que a inclusão não é um ato isolado, mas um processo contínuo que requer o envolvimento de toda a comunidade escolar.

Essa reflexão reforça que a responsabilidade pela inclusão deve ser compartilhada entre professores, gestores, famílias e equipe de apoio. A prática inclusiva só se torna efetiva quando há colaboração, diálogo e compromisso coletivo com o desenvolvimento integral das crianças.

Outro aspecto essencial é o papel da formação docente. O professor é o principal agente transformador dentro da escola, e, portanto, deve estar preparado para lidar com a diversidade. Entretanto, muitos estudos apontam que ainda há lacunas significativas na formação inicial e continuada dos educadores. Freitas et al. (2021/2024, p. 42) afirmam que:

As contribuições dos artigos indicam ainda obstáculos para a garantia da inclusão escolar, sobretudo pelas dificuldades de infraestrutura e formação apropriada dos docentes para atuarem na área. Observa-se que, embora haja políticas públicas voltadas para a inclusão, a realidade das escolas demonstra a necessidade urgente de capacitação e acompanhamento pedagógico.

A fala dos autores evidencia a importância da formação permanente como um caminho para fortalecer práticas inclusivas fundamentadas na reflexão e na pesquisa. Um educador que compreende as especificidades de seus alunos e domina diferentes metodologias é capaz de transformar o ambiente escolar em um espaço verdadeiramente democrático e participativo.

Além disso, as práticas pedagógicas inclusivas demandam o uso de recursos diversificados, como o lúdico, as tecnologias assistivas e o ensino colaborativo. Segundo Santos et al. (2023, p. 350):

As práticas de inclusão de alunos autistas na Educação Infantil: do lúdico ao uso de softwares, têm apresentado resultados positivos quando as tecnologias assistivas são integradas ao cotidiano escolar, promovendo maior engajamento e interação. A ludicidade, nesse contexto, atua como mediadora do aprendizado e possibilita que a criança se expresse de forma autêntica e criativa.

Essa abordagem reforça que o brincar e o uso de tecnologias não são apenas ferramentas de ensino, mas caminhos de comunicação e expressão que favorecem o desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças. O lúdico torna-se um instrumento de inclusão, pois valoriza a subjetividade e o ritmo individual de cada estudante.

De modo semelhante, Teixeira (2023, p. 78) destaca o valor da afetividade e do trabalho em equipe na efetivação da inclusão escolar:

A inclusão de crianças com deficiência na educação infantil: práticas pedagógicas e possibilidades do ensino colaborativo evidência que o cuidado e a colaboração entre docentes, equipe de apoio e família são fatores decisivos para promover o bem-estar e a aprendizagem das crianças atípicas. A construção de um ambiente acolhedor passa pela escuta sensível e pela valorização das diferenças como parte da identidade do grupo.

Essa perspectiva coloca a afetividade como eixo estruturante do trabalho docente, reforçando que o vínculo emocional entre professor e aluno é fundamental para o processo de ensino-aprendizagem. O educador, ao agir com empatia, respeito e paciência, cria condições para que a criança se sinta segura e capaz de participar ativamente das atividades escolares.

Paixão de Jesus, da Silva e Böck (2025, p. 84) reforçam essa ideia ao afirmarem que:

A prática inclusiva exige do educador uma postura de sensibilidade ética e política. É necessário reconhecer que cada criança é um ser de direitos, portador de saberes e potencialidades. Assim, o educador deixa de ser mero transmissor de conteúdo para tornar-se um mediador de experiências e um agente de transformação social.

Esse trecho sintetiza a essência da educação inclusiva: um ato político e humano que vai além do ensino formal e alcança a formação integral da pessoa. A escola, nesse sentido, é chamada a promover a convivência na diversidade, respeitando as diferenças como parte constitutiva da humanidade.

Outro elemento importante é a parceria entre escola e família. Reis, Duarte e Martins (2023, p. 263) ressaltam que:

Um dos desafios da gestão educacional é oferecer subsídios para a oferta da educação inclusiva nas escolas regulares; impedimentos como falta de infraestrutura, formação de professores e recursos financeiros são evidentes. É imprescindível que haja uma rede de apoio entre escola, família e comunidade para garantir a continuidade das ações inclusivas.

Essa relação de cooperação é essencial para fortalecer o sentimento de pertencimento das crianças e assegurar que a inclusão não se restrinja ao ambiente escolar, mas se estenda à vida cotidiana. A família, ao participar ativamente do processo educativo, contribui para o desenvolvimento afetivo e social da criança, além de reforçar a importância do acolhimento e do respeito mútuo.

Portanto, compreender as práticas pedagógicas inclusivas implica reconhecer que a inclusão não é apenas um ideal pedagógico, mas um compromisso ético e social. O educador, ao atuar com empatia, criatividade e responsabilidade, transforma o espaço escolar em um ambiente de escuta, partilha e acolhimento. Assim, promove-se uma educação que não exclui, mas amplia horizontes, respeitando o tempo, o modo e o ritmo de cada aprendiz.

A efetivação das práticas pedagógicas inclusivas depende, sobretudo, da capacidade do educador de reconhecer as diferentes formas de ser, aprender e se relacionar das crianças. A diversidade que compõe a sala de aula exige um olhar sensível e atento às singularidades, bem como a criação de um ambiente onde o erro, a curiosidade e a expressão individual sejam valorizados. Nessa perspectiva, a educação inclusiva não deve ser compreendida como uma metodologia isolada, mas como uma filosofia de trabalho que perpassa toda a ação pedagógica.

Segundo Santos (2025, p. 1290), em estudo recente sobre a realidade da inclusão na educação infantil brasileira:

Com base no Censo Escolar de 2023, observa-se avanços na ampliação do acesso e na matrícula de crianças com deficiência, mas ainda persistem desigualdades regionais, carência de infraestrutura e falta de preparo docente. A inclusão escolar, para além de uma meta política, deve ser um compromisso ético assumido por todos os profissionais da educação.

Essa afirmação reforça que a inclusão só se torna verdadeira quando transcende o discurso institucional e se traduz em ações concretas. As práticas inclusivas, portanto, devem ser construídas coletivamente e baseadas em uma escuta ativa das necessidades de cada criança.

Nesse cenário, o planejamento pedagógico ganha um papel estratégico. A inclusão só é possível quando o professor planeja suas aulas de maneira flexível, incorporando diferentes linguagens, ritmos e formas de participação. Como destacam Ayres, Grillo e Batista (2023, p. 270):

A política pública de inclusão escolar, quando alinhada à psicopedagogia, pode ampliar a equidade, mas ainda depende fortemente da operacionalização prática e formação profissional. O planejamento pedagógico precisa estar comprometido com a diversidade, respeitando os tempos e modos de aprender de cada aluno.

A formação continuada e a reflexão sobre a própria prática tornam-se, então, instrumentos essenciais de transformação. Um professor que se permite aprender com os desafios diários e com as experiências de seus alunos está em constante processo de aperfeiçoamento. A formação docente deve ir além do domínio técnico e alcançar a dimensão ética, afetiva e política da educação, pois, como afirma Nascimento (2024, p. 47):

A docência inclusiva exige do professor não apenas o conhecimento teórico das deficiências, mas a sensibilidade de compreender o aluno em sua totalidade, valorizando suas potencialidades e respeitando suas limitações. O ato de educar, nesse contexto, é também um ato de cuidar e de reconhecer o outro em sua dignidade.

Esse cuidado se expressa não apenas nas palavras, mas nas atitudes diárias: no tom de voz, na paciência diante das dificuldades, na disposição para escutar, no respeito ao silêncio e nas pequenas conquistas que precisam ser celebradas. O educador inclusivo é aquele que aprende a enxergar o invisível, as emoções, os gestos e os sentimentos que compõem o universo da criança.

O uso de metodologias ativas e recursos tecnológicos também tem se mostrado um aliado importante nesse processo. O ambiente digital pode favorecer a aprendizagem de alunos com deficiência quando utilizado de forma criativa e adaptada às suas necessidades. Conforme destaca Oliveira (2024, p. 211):

O uso de tecnologias digitais no contexto da educação inclusiva oferece novas possibilidades de participação e aprendizagem, desde que o professor compreenda que os recursos tecnológicos não substituem o afeto, o olhar e a presença pedagógica. A tecnologia deve ser um meio, e não um fim em si mesma.

Dessa forma, a inovação tecnológica deve caminhar lado a lado com a inovação humana o acolhimento, o diálogo e a escuta sensível. A prática inclusiva requer tanto a utilização de instrumentos pedagógicos modernos quanto a construção de relações empáticas e horizontais entre professores e alunos.

Outro ponto fundamental diz respeito à valorização da diferença como elemento formador do coletivo. Em um ambiente inclusivo, as crianças aprendem não apenas conteúdos curriculares, mas

também valores humanos essenciais, como empatia, solidariedade e respeito. Como ressalta Teixeira (2023, p. 79):

A convivência entre crianças com e sem deficiência amplia o repertório social e emocional de todos os envolvidos, estimulando o respeito às diferenças e fortalecendo o sentimento de pertencimento. A escola torna-se, assim, um espaço de aprendizagem compartilhada, onde cada um contribui com o que tem de melhor.

Essa convivência é transformadora porque ensina que a diversidade não é obstáculo, mas potência. Cada criança traz consigo uma forma singular de ver o mundo, e essa pluralidade é o que torna o ambiente educativo rico e vivo. O papel do educador é criar condições para que todas as vozes sejam ouvidas, reconhecendo o valor de cada contribuição no processo de aprendizagem coletiva.

Em síntese, o educador que atua sob a perspectiva da inclusão é um agente de transformação social, pois sua prática transcende os limites da sala de aula e repercute na formação de uma sociedade mais justa e empática. Quando o professor acolhe, respeita e valoriza cada criança, ele planta sementes de equidade e cidadania que florescerão ao longo da vida dos alunos.

A prática inclusiva, quando efetivamente vivenciada, favorece o desenvolvimento de valores humanos essenciais, como solidariedade, empatia e respeito. Ela ensina não apenas conteúdos curriculares, mas também o significado de viver em sociedade, valorizando a diversidade como uma riqueza coletiva. Dessa forma, o educador se torna o protagonista de uma pedagogia transformadora, capaz de inspirar novas formas de aprender, conviver e ser no mundo.

Assim, pode-se afirmar que as práticas pedagógicas inclusivas não apenas garantem o direito à educação, mas também promovem o desenvolvimento humano em sua dimensão mais profunda. A inclusão, portanto, é um projeto de humanidade e o educador, o principal condutor dessa construção coletiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa, foi possível explorar de maneira aprofundada o processo de inclusão de crianças atípicas na educação infantil, considerando os desafios enfrentados por educadores e instituições no desenvolvimento de práticas que garantam a participação plena dessas crianças no ambiente escolar. A análise realizada destacou a importância de um olhar atento e preparado por parte dos profissionais da educação, evidenciando a necessidade de um trabalho contínuo na adaptação de métodos pedagógicos para atender às necessidades específicas dessas crianças. A proposta inicial de investigar as barreiras e facilidades desse processo foi amplamente explorada, gerando reflexões importantes sobre a inclusão no contexto educacional infantil.

As pesquisas realizadas indicaram que, embora haja um movimento crescente em direção à inclusão, persistem dificuldades estruturais e formativas que limitam a implementação de uma educação verdadeiramente inclusiva. Entre os principais obstáculos identificados estão a carência de formação especializada para os professores, a falta de materiais e recursos adequados, além do suporte insuficiente por parte das políticas públicas. Os objetivos estabelecidos, como a identificação das dificuldades e a análise das práticas inclusivas, foram alcançados ao trazer à tona as questões centrais que afetam a inclusão de crianças atípicas, abrindo caminhos para discussões e práticas mais eficazes.

A investigação permitiu compreender que, apesar dos avanços, o problema de garantir uma inclusão eficaz para essas crianças ainda requer maior atenção e investimento. As soluções apontadas ao longo do estudo sugerem um reforço na formação de educadores, o desenvolvimento de políticas mais robustas e uma maior conscientização das famílias e da comunidade escolar. Dessa forma, os objetivos foram atingidos de maneira satisfatória, e o estudo oferece contribuições significativas ao campo educacional, embora a inclusão plena ainda exija um esforço contínuo e articulado entre todos os envolvidos no processo educacional.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. S. **Tecnologias assistivas na educação inclusiva: desafios e possibilidades**. São Paulo: Cortez, 2023.
- ARAÚJO, J. P.; SANTOS, L. R.; BORGES, T. M. **Educação inclusiva e práticas colaborativas na infância**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- ARANTES, V. A. **Educação inclusiva e práticas pedagógicas adaptadas**. São Paulo: Moderna, 2019.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, SEESP, 2007.
- CHAVES, R. L.; ABREU, F. S. **Currículo inclusivo e desenvolvimento cognitivo**. Rio de Janeiro: Wak, 2014.
- COLOMBO, P. R. **Formação docente e inclusão de crianças autistas**. Curitiba: CRV, 2023.
- FERREIRA, W. B. **Educação Especial e políticas públicas**. Brasília: Liber Livro, 2011.
- FREIRE, P. **Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar**. São Paulo: Olho d'Água, 1997.
- MONTESORI, M. **A criança**. São Paulo: Círculo do Livro, 1965.
- MONTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer**. São Paulo: Moderna, 2007.
- PAIXÃO DE JESUS, J.; DA SILVA, S. C.; BÖCK, G. L. K. **A ética do cuidado como princípio da Educação Inclusiva para crianças autistas nos espaços de educação infantil**. Revista Teias de Conhecimento, v. 1, n. 5, p. 83-97, 2025.

REIS, R. L. D.; DUARTE, L. F. G.; MARTINS, I. C. **A educação inclusiva na Educação Infantil e a gestão escolar: uma revisão sistemática**. Arquivo Brasileiro de Educação, v. 11, n. 20, p. 261-276, 2023.

SILVA, J. R. **Práticas inclusivas e o autismo na educação infantil**. Salvador: EDUFBA, 2022.

SILVA, M. A.; BROTHERHOOD, R. **Formação de professores e inclusão escolar**. Recife: UFPE, 2009.

SANTOS, C. L. A. dos; DOS ANJOS JR., C.; MILAN, D.; MAÇÃO CAMPOS, F. L. **Práticas de inclusão de alunos autistas na Educação Infantil: do lúdico ao uso de softwares**. Revista Educar Mais, v. 7, p. 344-366, 2023.

VELTRONE, A. A.; MENDES, E. G. **A inclusão de alunos com necessidades especiais na escola comum**. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, v. 12, n. 35, p. 1-12, 2007.

VIANA, C. F. **Educação inclusiva e práticas pedagógicas reflexivas**. São Paulo: Papirus, 2020.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1978.